

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

### Introdução e Aplicabilidade

Esta política descreve os dados em tratamento utilizados nos produtos, serviços e recursos em uso por essa entidade. Os dados coletados e armazenados referem-se especificamente a situações quando há cadastros ou enseja o envio de dados ou informações dentro do uso dos serviços disponibilizados.

Novos serviços podem ser disponibilizados aos usuários, situação em que caso resulte em alteração relevante na forma em que há processamento dos dados, será fornecido informações, condições ou políticas adicionais.

### Informações Básicas

Os serviços disponibilizados por essa entidade em que há necessidade de coleta de informações, para fins de atendimento de políticas públicas, é feita opcionalmente pelo próprio usuário, em que há coleta de dados conforme a necessidade, como, por exemplo, em Ouvidorias ou Serviços de Acesso à Informação, em que é necessário criação de contas, fornecimento de dados para contato ou e-mail e senhas. Ressaltamos, de todo modo, que os dados não são compartilhados e são utilizados especificamente para o serviço pretendido.

### Coleta e Finalidade

No uso dos serviços disponibilizados é possível inclusive o consumo anônimo, sendo que dados coletados são feitos mediante fornecimento opcional do usuário. Essa coleta opcional é feita com dados pessoais e com dados sensíveis, voltados ao atendimento do serviço e para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23, da lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Caso seja coletado e-mail, utilizaremos para eventual contato exclusivamente para atendimento da demanda pretendida. O conteúdo da mensagem enviado via serviços de informação, assim como o e-mail, é utilizado para responder à solicitação.

Por conta da própria lei 13.709, de 2018, assim como outros instrumentos legais, como a Lei do Acesso à Informação (lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), sendo o tratamento essencial à execução de políticas públicas não é necessário o consentimento para tratamento, inclusive de dados sensíveis e, ainda, os dados tratados poderão permanecer em posse dessa entidade para fins de relatórios com determinação legal e operacionalização dessas políticas públicas.

### Proteção e Contato

Essa entidade da Administração Pública, que é a proprietária da base de dados, está comprometida em proteger os dados coletados, inclusive com segurança e controle de acessos, com implementação de medidas técnicas e organizacionais apropriadas.

Desta forma, nos termos da Lei 13.709, de 2018, essa Entidade da Administração Pública é a única e exclusiva controladora dos dados tratados, sendo que para maiores informações podem ser obtidas através do telefone disponível no sítio oficial dessa Entidade diretamente com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.